



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 219

SEXTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 1990

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	13057
SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL.....	13091
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	13093
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	13110
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	13190
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	13196
EDITAIS E AVISOS.....	13199

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

PORTARIAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 1990

O MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº 011.035-3,

**R E S O L V E** alterar a Portaria de 27 de março de 1990, publicada no Diário da Justiça de 29 de março de 1990, que aposentou ANTONIO DE PAULA CARNEIRO, Atendente Judiciário, Classe Especial, Código STF-AJ-025, Referência NI-35, para considerá-lo aposentado nos termos do artigo 40, item III, letra "c", da Constituição Federal e artigo 2º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, observado o artigo 2º da Lei nº 7.753, de 14 de abril de 1989.

O MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº 011.034-5,

**R E S O L V E** alterar a Portaria de 25 de abril de 1990, publicada no Diário da Justiça de 27 de abril de 1990 que aposentou JOSÉ CARLOS FILHO, Atendente Judiciário, Classe Especial, Código STF-AJ-025, Referência NI-35, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, para considerá-lo aposentado nos termos do artigo 176, item II da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação que lhe deu a Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinado com o artigo 40, item III, letra "a", da Constituição Federal e com o artigo 2º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, observado o artigo 2º da Lei nº 7.753, de 14 de abril de 1989.

O MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº 011.034-5,

**R E S O L V E** alterar a Portaria de 25 de abril de 1990, publicada no Diário da Justiça de 27 de abril de 1990 que aposentou JOSÉ CARLOS FILHO, Atendente Judiciário, Classe Especial, Código STF-AJ-025, Referência NI-35, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, para considerá-lo aposentado nos termos do artigo 176, item II da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação que lhe deu a Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinado com o artigo 40, item III, letra "a", da Constituição Federal e com o artigo 2º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, observado o artigo 2º da Lei nº 7.753, de 14 de abril de 1989.

linha b, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação que lhe deu a Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 40, inciso I, da Constituição Federal e com o artigo 2º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, observado o artigo 2º da Lei 7.753, de 14 de abril de 1989.

MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA

### Plenário

#### Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 46 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno, para julgamento, a partir da próxima sessão contendo o seguinte processo:

RE 121.836-3 - MG

Rel.: Ministro Moreira Alves. Recte.: Ministério Público Federal. Recdo.: Superior Tribunal de Justiça.

Brasília, 13 de novembro de 1990.

HÉRCULUS BONIFÁCIO FERREIRA  
Secretário

### Primeira Turma

ATA DA 32ª (TRIGÉSIMA-SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1990

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Seplveda Pertence e Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva.

Secretário, Antonio Carlos de Azevedo Braga.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

#### Julgamentos

MC 68.171-9 - DF

Rel.: Ministro Celso de Mello. Impte.: Augusto T. da Costa Filho. Coator.: Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro. Pacte.: Levi José dos Santos.

Decisão: Indeferiu-se o pedido de "habeas-corpus", nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1ª Turma, 13-11-90.

RE 116.014-4 - SP

Rel.: Ministro Moreira Alves. Recte.: Estado de São Paulo (Adv.: Eduardo Márcio Mitsui). Recda.: Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA (Adv.: Eliseu Roque e outros).

Decisão: Conheceram do recurso e lhe deram provimento, nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1ª Turma, 13-11-90.

RE 116.077-2 - SP

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Recte.: Estado de São Paulo (Adv.: Daniel Carajalescov e outros). Recdos.: Centrais Elétricas de Goiás - CELG e outro (Adv.: Eliseu Roque, Ilson Wajngarten e outro).

Decisão: Retirado de pauta por indicação do Ministro Relator. Unânime. 1ª Turma, 13-11-90.



RE 118.282-2 - SP

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Recte.: Francisco Eumene Machado de Oliveira (Adv.: José Walter Gonçalves). Recdo.: Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo (Adv.: Elásio Alberto de Oliveira Rondon).

Decisão: Conheceram do recurso e lhe deram provimento. Unânime. 1a. Turma, 13-11-90.

Ag. 134.236-6 (AgRg) - SP

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Agte.: Bamerindus São Paulo Cia. de Crédito Imobiliário (Adv.: José Walter de Souza Filho). Agdos.: Fernando de Cantone e sua mulher (Adv.: Henrique D'Aragona Buzzoni e outros).

Decisão: Negaram provimento ao agravo regimental. Unânime. 1a. Turma, 13-11-90.

Ag. 134.278-1 - (AgRg) - DF

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Agte.: Bamerindus Rio Companhia de Crédito Imobiliário (Adv.: José Walter de Souza Filho). Agdos.: Guilherme Felipe Floret e outros (Adv.: Athos Vieira de Andrade Junior e outros).

Decisão: Negaram provimento ao agravo regimental. Unânime. 1a. Turma, 13-11-90.

Brasília, 13 de novembro de 1990.

ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO BRAGA  
Secretário

## Divisão de Acórdãos

35ª (TRIGÉSIMA-QUINTA) ATA DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS  
REALIZADA NOS TERMOS DO ART. 95 DO REGIMENTO INTERNO

São publicados os acórdãos dos seguintes processos:

ADIn 138-8 - RJ (Medida Liminar)

Rel.: Min. Sydney Sanches. Repte.: Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB (Adv.: José Mauro da Silveira). Regda.: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Decisão: Apresentado o feito em Mesa o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Celso de Mello e Francisco Rezek. Plenário, 09.02.90.

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal rejeitou, por unanimidade, a arguição de ilegitimidade ativa da Requerente. No mérito, por maioria, venceu o Sr. Ministro Célio Borja, o Tribunal deferiu, em parte, o pedido de Cautelar e suspendeu, até o julga-

to final da Ação, a vigência dos seguintes dispositivos: parágrafo único do art. 179 e § 2º do art. 185, ambos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Min. Francisco Rezek. Falou pelo Ministério Público Federal o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Votou o Presidente. Plenário, 14.02.90.

EMENTA: - Ação direta de inconstitucionalidade. Entidade de classe de âmbito nacional (art. 103, inc. IX, da C.F. de 1988). Vinculação de vencimentos (art. 37, XIII). Isonomia entre as "carreiras jurídicas" (art. 135).

Ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada por entidade de classe de âmbito nacional (Associação dos Magistrados Brasileiros), com impugnação do parágrafo único do art. 179 e do parágrafo segundo do art. 185 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que vincularam vencimentos de membros da carreira do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, e da Polícia Civil (Delegados de Polícia) aos tetos estabelecidos para os integrantes dos três Poderes do Estado.

Alegação de ofensa ao art. 37, XIII, da Constituição Federal, sem prejuízo da isonomia prevista no art. 135.

1. Tem a Associação dos Magistrados Brasileiros, entidade de classe de âmbito nacional, legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei que vincule vencimentos de membros de certas carreiras, aos tetos dos integrantes dos três Poderes do Estado, dentre os quais o Judiciário, integrado por seus filiados, pois há pertinência entre seu objetivo estatutário e a preocupação política de defesa do tratamento que, em matéria de vencimentos, lhe parece adequado à Magistratura, em face do ordenamento constitucional.

2. Diante da relevância jurídica dos fundamentos deduzidos na petição inicial e da alta conveniência em manter o S.T.F. sua coerência, manifestada em precedentes, em que suspendeu a eficácia de normas assemelhadas de outros Estados, e de se deferir também a suspensão das que aqui estão sendo impugnadas, até o julgamento final da ação. Medida cautelar para esse fim.

ADIn 368-2 - ES (Medida Liminar)

Rel.: Min. Moreira Alves. Repte.: Governador do Estado do Espírito Santo (Adv.: Antônio Frago de Araújo e outro). Requerida: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal deferiu a liminar e suspendeu, até o julgamento final da ação, a vigência do art. 6º, da Lei 4.379, de 7 de junho de 1.990, do Estado do Espírito Santo. Votou o Presidente. Plenário, 05.10.90.

EMENTA: - Ação direta de inconstitucionalidade. Ascensão funcional em decorrência de transformação de cargos. Pedido de liminar.

Ocorrência da relevância jurídica do pedido bem como do periculum in mora.

Liminar deferida, para suspender a eficácia do artigo 6º da Lei nº 4.379, de 7 de junho de 1990, do Estado do Espírito Santo.

ADIn 369-1 - ES (Medida Liminar)

Rel.: Min. Moreira Alves. Repte.: Governador do Estado do Espírito Santo (Adv.: Antônio Frago de Araújo e outro). Regda.: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal deferiu a medida liminar e suspendeu, até o julgamento final da ação, a vigência do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Espírito Santo. Votou o Presidente. Plenário, 04.10.90.

EMENTA: - Ação direta de inconstitucionalidade. Apresentação voluntária que se alega violar o disposto no artigo 40, III, da Constituição Federal. Pedido de liminar.

Ocorrência, no caso, da relevância jurídica do pedido e da conveniência da suspensão requerida.

Liminar deferida para suspender a eficácia do artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Espírito Santo.

HC 68.087-9 - RO

Rel.: Ministro Moreira Alves. Pte.: Vitório Alexandrino de Azevedo. Impte.: Henrique Neves da Silva. Coator.: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Decisão: Indeferiu-se o pedido. Decisão unânime pelo Pte., o Dr. Henrique Neves da Silva. 1a. Turma, 26.10.90.

EMENTA: - Habeas corpus originário. Tribunal de Justiça.

Não é o habeas corpus originário a alegação de insuficiência de instrução para exigir exame mais aprofundado.

Improcede, pois a decisão não foi arbitrária e penosa.

A decisão, foi ela aplicada o que se encontra justificado pelo fato de se encontrar justificada a decisão do paciente.

A decisão da apelação.



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF  
Telefones: (PABX) (061) 321-5566 Telex: (061) 1356 DIMN BR  
Fax: (061) 225-2046  
CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I  
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSE EDMAR GOMES  
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial

Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 2.970,00	Cr\$ 1.518,00	Cr\$ 5.412,00	Cr\$ 2.970,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)  
Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586  
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.



mente as matérias que foram objeto do voto vencido. Isso é importante porque o voto ao pé do acórdão não o integra e, por isso, não pode servir de confronto para a tese contrária, caso haja a interposição de recurso de revista pela parte que se achar prejudicada. A Corregedoria-Geral notou a omissão dos termos de recebimento e remessa nos processos, durante a sua tramitação, o que dificultou, um pouco, o correto cálculo das médias a serem tiradas. Seria desejável que estes termos viessem a ser instituídos, não só para facilitar o cálculo da observância dos prazos, como para caracterizar, perfeitamente, a responsabilidade individual no cumprimento de cada um deles. Manuseando os dados estatísticos do Tribunal, o Ministro Corregedor-Geral deseja destacar o montante das condenações em reclamatórias solucionadas na Primeira Instância. Em mil novecentos e oitenta e nove esse montante foi de quatrocentos e cinco milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta e seis cruzeiros e noventa e oito centavos, mas de janeiro a setembro de mil novecentos e noventa esse valor foi multiplicado quase vinte vezes, pois passou para sete bilhões, quinhentos e vinte e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e três cruzeiros e setenta centavos, dados que bem demonstram o importante papel que a Justiça do Trabalho desempenha, neste país, como órgão distribuidor de renda. O registro é feito propositalmente, tendo em vista a publicidade que se dará a esta ata e considerando que se trata de um dado frequentemente ignorado. O Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região julgou, em 1989, vinte e quatro mil seiscentos e sessenta e oito processos deixando pendentes, para mil novecentos e noventa, um resíduo de vinte e oito mil cento e cinquenta processos. Em mil novecentos e noventa, de janeiro a outubro, julgou dezoito mil quinhentos e setenta e seis processos, deixando um resíduo de trinta e quatro mil oitocentos e setenta e nove processos. Considerando que o resíduo de mil novecentos e oitenta e oito foi num total de vinte e sete mil cento e setenta e nove processos, identifica-se uma tendência geral de crescimento do resíduo. Face a esse dado, seria conveniente que o Tribunal refletisse um pouco a respeito da possibilidade de diminuí-lo, a fim de não comprometer os prazos médios que vêm sendo observados. Essa tarefa não é fácil, em face do gigantismo da Segunda Região, mas terá que ser enfrentada, para assegurar a ce-

leridade dos julgamentos. Em relação aos processos de Dissídio Coletivo deseja o Ministro Corregedor-Geral ressaltar e elogiar a preferência que o Regional sempre lhes concede, bem como a preferência pelo parecer oral da Procuradoria Regional nesses casos. De elogiar, também, a preferência que os órgãos do Tribunal concedem a tramitação de Agravos de Instrumento, Agravos de Petição, Mandados de Segurança e Ações Rescisorias. Ao terminar essas observações o Ministro Corregedor-Geral registra com satisfação, que encontrou o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região funcionando dentro de padrões satisfatórios, em que pese o enorme volume de trabalho que o assobberba. Registra o Ministro Corregedor-Geral seus agradecimentos aos numerosos Juizes que o visitaram no Gabinete que lhe foi destinado para as funções correicionais e agradece a valiosa colaboração recebida dos funcionários ÂNGELA TIEKO TANAKA MAGRINI, Secretária Geral da Presidência, MARIA RITA DE OLIVEIRA, Datilógrafa de Audiência e Gabinete, MÁRCIA PEREIRA DA SILVA, Secretária do Gabinete da Vice-Corregedoria Regional e DEMÉTRIO ALVES DA SILVA, Motorista. Agradece, outrossim, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal, Juiz NICOLAU DOS SANTOS NETO, por lhe haver proporcionado toda a infra-estrutura de que necessitou para proceder a Correição Ordinária que aqui termina. O encerramento formal desta Correição, no entanto, será feito durante a Seção do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, a realizar-se às catorze horas do dia nove de novembro de mil novecentos e noventa, quando será lida e assinada esta ata, da qual uma cópia será entregue ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal, Juiz NICOLAU DOS SANTOS NETO e ao Delegado Regional do Trabalho, Senhor OSWALDO ROQUE. E como nada mais houvesse, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme pelos que a subscrevem, vai assinada pelo Ministro Corregedor-Geral, pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região o por mim SÔNIA RÉGIA ARAÚJO PEREIRA, Assessora da Corregedoria Geral, que a fez datilografar.

MINISTRO ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA, Corregedor-Geral; JUIZ NICOLAU DOS SANTOS NETO, Presidente do Tribunal; SÔNIA RÉGIA ARAÚJO PEREIRA, Assessora da Corregedoria Geral.

## PARECERES DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Ano	Tomo	Preço Cr\$
1980		550,00
1981	I	550,00
1982	I e II	550,00 (cada)
1984	I a III	550,00 (cada)

Ano	Tomo	Preço Cr\$
1985	I e II	550,00 (cada)
1985	III	550,00
1985	IV	550,00

Aquisições Imprensa Nacional

End.: SIG Q. 06 L. 800 —  
CEP 70604 — Brasília-DF

## JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA

DIVULGAÇÃO Nº 1.362

Preço Cr\$

Volume		Preço Cr\$
"	II ao IV	430,00 (cada)
"	VI ao XV	430,00 (cada)
"	XVII ao XXV	430,00 (cada)
"	XXIX ao XLVIII	430,00 (cada)
"	XLIX ao LXIII	610,00 (cada)
"	LXIV ao LXVI	800,00 (cada)

As aquisições deverão ser feitas na Seção de Vendas, através de remessa de cheque visado à Imprensa Nacional.

SIG — Quadra 6, Lote 800 — CEP 70604 — BRASÍLIA-DF.  
Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional. Fones. (061) 321-5566 — R. 305 ou 309 ou 226-2586; 226-6812.

Não operamos com reembolso postal.



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

## JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA

Vol. LII

AUDIÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

BRASÍLIA — 1987



# Superior Tribunal Militar

## Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE ACÓRDÃO E JURISPRUDÊNCIA

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES E EMENTAS

### APELAÇÃO

45.590-8 - SP - Rel. Min. Alte. Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Rev. Min. Dr. Paulo Cesar Cataldo. Apte.: O Ministério Público Militar junto à 3ª Aud. da 2ª CJM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 4º Batalhão de Infantaria Blindado, de 09/11/88, que absolveu o Sd. Ex. JOSELITO DOMINGUES RIBEIRO, do crime previsto no Art. 187 do CPM. Adv.: Dr.ª Anne Elizabeth Nunes de Oliveira.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal manteve a absolvição do recorrido e, por maioria, com base no Art. 42, inciso I, do CPM. (Sessão de 30.08.90).

EMENTA: DESERÇÃO. Sentença absolutória com fulcro no reconhecimento da configuração da excludente do estado de necessidade - Art. 42, inciso I do CPM, devidamente fundamentada. Por unanimidade negado provimento ao recurso do MPM, sendo, por maioria, de acordo com a fundamentação da Sentença recorrida.

45.626-2 - DF - Rel. Min. Alte. Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Rev. e Rel. p/o Acórdão. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: Cidelcino Junior Borges, Sd. Ex., condenado a 04 meses de prisão, incurso no Art. 187 c/c o Art. 189, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, de 15.12.88. Adv.: Dr. Ademar Marcondes de Moura.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal, preliminarmente, declarou nulo o processo, ab initio e concedeu Habeas Corpus, de ofício, para o trancamento da instrução provisória com o consequente arquivamento dos autos. (Sessão de 20.09.90).

EMENTA: DESERÇÃO. Processo formado sem a participação do MPM. Nulidade declarada ab initio, conforme reiteradas decisões do STM, refletindo, inclusive, orientação normativa fixada pelo Pretório Excelso. In casu, já cumprida a pena, é concedido habeas-corpus, de ofício, para o trancamento da instrução provisória. Decisão por maioria.

45.836-0 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. e Rel. p/o Acórdão. Min. Dr. Paulo Cesar Cataldo. Apte.: Roberto Rodrigues Pinheiro, Cb. Ex., condenado a 02 anos e 03 meses de detenção, incurso no Art. 205, c/c os Arts. 206 e 72, inciso I, tudo do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 20 de julho de 1989. Adv.: Drs. Mariza Pereira do Couto e Ana Maria David Cortez.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa reduzindo a pena imposta ao apelante a um ano e seis meses de prisão. (Sessão de 14.12.89).

EMENTA: HOMICÍDIO CULPOSO. Disparo de arma (pistola 9mm). Alegada imprevisibilidade que não resiste ao teste do contraditório, todo ele demonstrativo do agir incauto no manuseio de armamento. Resultado letal previsível a desautorizar o pleito absolutório. Resposta penal inadequada, entretanto, tocantemente à mensuração, por isso que reduzida. Sursis. As condições em que praticado o delito e o posterior comportamento do Agente (pretendendo dar ao evento a aparência de suicídio) re tiram do julgador a convicção de que não tornará a delinquir. Benefício denegado. Apelo parcialmente provido. Decisão majoritária.

45.891-3 - BA - Rel. Min. Dr. Paulo Cesar Cataldo. Rev. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Apte.: Franklin Molina Prado, Cb. FN, condenado a 02 anos de prisão, incurso no Art. 315, e NILDETE DOS REIS PEREIRA, civil, condenada a 02 anos de reclusão, incurso no Art. 311, tudo do CPM, ambos com o benefício do "sursis" pelo prazo de 03 anos e com o direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª CJM, de 28/9/89. Adv.: Drs. Elisoval Marques Saldanha e Luiz Humberto Agle.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial a ambos os apelos, reduzindo para dois anos o prazo do sursis. (Sessão de 13.09.90).

EMENTA: FALSIFICAÇÃO. PRETENDIDA DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 314. USO DE DOCUMENTO FALSO. DESISTÊNCIA DE RECURSO. Sursis - PERÍODO DE PROVA EXACERBADO. Renúncia e Desistência (distinção conceitual). Desistência que não se acolhe porque manifestada por profissional a quem não outorgado o especial poder. Falsum mediante paga reiteradamente confessado pela Apelante civil e noticiado, inclusive, por suas próprias testemunhas. Descabimento do pedido de desclassificação quando a contrafação não ocorreu ratione officii. A utilização do documento falso - pelo Apelante militar - igualmente resta evidenciada do amplo contingente probatório, não bastasse sua espontânea confissão. Pena fixada no mínimo legal. Sursis. Período de prova injustificadamente exacerbado. Apelações parcialmente providas para redução do lapso temporal probatório ao mínimo. Decisão unânime.

45.899-0 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: Elias Pereira da Silva, Cb. Mar., condenado a 06 meses de prisão, incurso no Art. 187, c/c o Art. 48, parágrafo único, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 19.10.89. Adv.: Dr.ª Tânia Sardinha Nascimento.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa para absolver o apelante. (Sessão de 13.09.90).

EMENTA: DESERÇÃO. Art. 187 do CPM. Responsabilidade diminuída atestada em incidente de sanidade mental. Ausência de volição elidente da pre

sunção de agir voluntário e consciente implicado na mera conduta. Apelação provida para decretar a absolvição. Decisão majoritária.

45.972-3 - RJ - Rel. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Rev. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Apte.: O Ministério Público Militar junto à 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, de 14.12.89, que absolveu o Civil LUIZ CARLOS SOUZA DE OLIVEIRA do crime previsto no Art. 210 do CPM. Adv.: Drs. Onir de Carvalho Peres, Marcus André de O. Peres e Maria Luiza de Oliveira Peres.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal, preliminarmente, declarou a incompetência da Justiça Militar, para julgar o feito, suscitando, de ofício, Conflito Negativo de Competência, por maioria, de acordo com o Art. 102, inciso I, letra "o", da C.F. (Sessão de 21.08.90).

EMENTA: CRIME MILITAR OU CIVIL. COLISÃO ENTRE VIATURA MILITAR E CIVIL. Caracterização. Competência. Hipótese que não se harmoniza com nenhum dos incisos do Art. 9º do CPM. Manifestação da Justiça Ordinária pela Declinatoria fori. Preliminar, de Ofício, acolhida, para declarar incompetente a justiça castrense. Remessa dos autos ao STF. Ex vi, Art. 102, I, alínea "o", da CF.

45.989-8 - MS - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: Evaldo dos Santos Silva, Soldado do Exército, condenado a 01 ano de detenção, incurso no Art. 206 c/c o Art. 33, inciso II, ambos do CPM, com o benefício da suspensão condicional da pena pelo prazo de dois (02) anos. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 9ª CJM, de 18/01/90. Adv.: Drs. Jorge Antonio Siufi e Nadir Vilela Gaudioso.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal manteve a sentença recorrida. (Sessão de 19.09.90).

EMENTA: HOMICÍDIO CULPOSO caracterizado por manifesta imprudência, face à evidenciada desatenção do Apelante ao dever de cuidado para evitar o resultado antijurídico. Nega-se provimento ao Apelo da Defesa, para manter na íntegra a Sentença recorrida, por seus jurídicos fundamentos. Decisão unânime.

45.997-9 - DF - Rel. Min. Dr. Paulo Cesar Cataldo. Rev. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Apte.: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 11ª CJM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 01.03.90, que absolveu o Sd. Ex. MARCOS DOUGLAS LIMA DOS SANTOS, do crime previsto no Art. 210 do CPM. Adv.: Dr. Alexandre Lobão Rocha.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal manteve a decisão recorrida. (Sessão de 11.09.90).

EMENTA: APELAÇÃO. LESÕES CORPORAIS CULPOSAS COM MULTIPLICIDADE DE VÍTI MAS. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - Judicium accusationis demarcado com precisão vinculante: agente que teria se conduzido com imprudência por não obedecer ordem superior no sentido de reduzir a velocidade da viatura. Contingente probatório desautorizador da assertiva ministerial, eis que todos os depoimentos do rol acusatório - inclusive do superior hierárquico e chefe da viatura - afirmam que a ordem foi de pronto atendida, restando seu cumprimento infrutífero por motivos outros e imprevisíveis. Princípio da previsibilidade que merece temperado com o da confiança recíproca. Culpa não caracterizada. Improvimento da irresignação manifestada pelo Parquet. Decisão majoritária.

46.001-4 - CE - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Apte.: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 10ª CJM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 24º Batalhão de Caçadores, de 02.03.90, que absolveu o Sd. Ex. CÍCERO RAMOS SILVA, do crime previsto no Art. 183 do CPM. Adv.: Dr. Antonio Jurandy Porto Rosa.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal manteve a Sentença recorrida. (Sessão de 23.08.90).

EMENTA: INSUBMISSÃO. Sentença absolutória que se mantém, tendo em vista o contido no verbete da Súmula nº 4 desta Corte, juntamente com o disposto na alínea "e" do Art. 439 do CPPM. Apelo Ministerial não provido. Decisão majoritária.

46.008-1 - DF - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar George Belham da Motta. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: Evandro José dos Santos Filho - 3º Sgt. Temp. Ex., condenado a 8 meses e 12 dias de prisão, incurso no Art. 187 c/c o Art. 70, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 43º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 15.02.90. Adv.: Dr. Alexandre Lobão Rocha.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal manteve a decisão recorrida. (Sessão de 27.06.90).

EMENTA: DESERÇÃO - Alegado estado de necessidade não provado. Delito configurado estando o juízo apenatório benigno em razão de ser o Apelante graduado, com mau comportamento e reincidente. Denegado o recurso da Defesa, sendo mantida a Sentença apelada. Decisão unânime.

46.014-6 - RS - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: Paulo Sérgio Verdi, Soldado do Exército, condenado a quatro meses de prisão, incurso no Art. 187 c/c o Art. 189, § 1º, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, de 05/03/90. Adv.: Dr.ª Nadja Maria Guerra Rodrigues.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal manteve a decisão recorrida. (Sessão de 30.08.90).

EMENTA: DESERÇÃO. Apelante menor, primário, de bom comportamento, que se apresentou voluntariamente à sua Unidade 29 dias após a consumação do crime. Benefício da atenuante especial prevista na parte final do inciso I do Art. 189 do CPM. Delito plenamente tipificado. O Tribunal negou provimento ao apelo da defesa para manter a R. Sentença a quo. Decisão unânime.

46.030-6 - SP - Rel. Min. Dr. Antonio Carlos Nogueira. Rev. Min. Ten. Brig. do Ar Cherubim Rosa Filho. Apte.: O Ministério Público Militar junto à 2ª Auditoria da 2ª CJM, e WILLIAM BERNARDI, Sd. Aer., condenado a 02 meses de detenção, incurso no Art. 210 do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª CJM, de 14.03.90. Adv.: Drs. Paulo Rui de Godoy e Octávio Duval Meyer e Barros.



**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal deu provimento parcial ao recurso do MPM para, por unanimidade, cassar o benefício do "sursis" (Sessão de 30.08.90).

**EMENTA:** LESÃO CORPORAL CULPOSA. Disparo de arma de fogo, caracterizado por manuseio inadequado com que se houve o acusado sem certificar-se da alimentação da arma. A culpa, em sentido estrito, deve ter certa objetividade, segundo a situação de fato e as circunstâncias que a rodeiam. Assim é culpado o Militar que, em razão de brincadeira, saca da arma, causando lesões. Juízo apenatório justo, quanto a dosimetria da pena. Recurso do MPM provido, em parte, para cassar o "sursis".

46.053-7 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Cherubim Rosa Filho. Rev. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Apte.: Jorge Edmilson do Espírito Santo, Cb. Mar. condenado à 08 meses de prisão, incurso no Art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 15.03.90. Adv.: Drª Tania Sardinha Nascimento.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal manteve a sentença recorrida. (Sessão de 06.09.90).

**EMENTA:** DESERÇÃO NA MARINHA. 1. A Decisão prolatada pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal nos autos do HABEAS CORPUS nº 67.931-5/RS, relativamente à nulidade dos processos de deserção versa, tão-somente, sobre os processos julgados por Conselhos de Justiça de Unidade no Exército e nas Polícias Militares, dos quais não participa o Ministério Público Militar. Não é o caso das deserções na Marinha e na Aeronáutica, em que os processos são julgados pelos Conselhos Permanentes de Justiça, onde a participação do Ministério Público é obrigatória. 2. Tratando-se de réu maior, classificado no comportamento MAU, com mais de 20 anos de serviço e graduado, deve a pena ser fixada acima do mínimo legal. POR MAIORIA DE VOTOS, rejeitada a preliminar suscitada, de ofício, pelo Ministro-Relator e, no mérito, negado provimento ao recurso, mantendo-se a Sentença apelada.

46.085-5 - DF - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Nogueira. Apte.: Paulo César Rodrigues, Soldado do Exército, condenado a 06 meses de prisão, incurso no artigo 187, c/c o Art. 72, inciso II, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do Batalhão da Guarda Presidencial, de 17/05/90. Adv.: Drª Elizabeth Diniz Martins Souto.

**DECISÃO:** A unanimidade, o Tribunal manteve a sentença recorrida. (Sessão de 30.08.90).

**EMENTA:** (CRIME DE DESERÇÃO) - I - Delito que resulta provado em todos seus contornos, maxime em face da própria confissão do acusado. II - Tese defensiva, que se esteia no estado de necessidade, a qual não se acolhe, por indenestrada. III - A unanimidade, improvido o recurso de fensivo e, mantida íntegra a sentença recorrida.

46.086-3 - RJ - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Apte.: Amadeu Oliveira dos Santos, condenado a 06 meses de prisão, incurso no Art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 09/05/90. Adv.: Drª Carmem Lucia A. de Montesinos.

**DECISÃO:** A unanimidade, o Tribunal manteve a decisão recorrida. (Sessão de 06.09.90).

**EMENTA:** Crime capitulado no Art. 187 do CPM. Meras alegações de ordem familiar não caracterizam o estado de necessidade invocado pela Defesa, consoante Súmula 3/STM. Negado provimento ao apelo da Defesa, mantendo, na íntegra a sentença recorrida. Unânime.

46.091-0 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Wilberto Luiz Lima. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles. Apte.: Wagner Reis da Silva, Cb. FN, condenado a 04 meses de prisão, incurso no Art. 187, c/c o Art. 189, inciso I, parte final, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 17.05.90. Adv.: Drª Eliane Ottoni de Luna Freire.

**DECISÃO:** A unanimidade, o Tribunal manteve a sentença recorrida. (Sessão de 30.08.90).

**EMENTA:** DESERÇÃO - Estado de necessidade alegado e não comprovado. Dosimetria de pena aplicada aquém do mínimo que, segundo orientação jurisprudencial desta Corte Castrense, tem sido utilizado. Pena mantida à míngua de recurso do MPM. Decisão unânime.

46.094-4 - RS - Rel. Min. Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Nogueira. Apte.: LUIZ FERNANDO SILVA DE SALLES, Sd. Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no Art. 187, c/c o Art. 72, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre, de 17.05.90. Adv.: Drª Benedita Marina da Silva

**DECISÃO:** A unanimidade, o Tribunal manteve a sentença recorrida. (Sessão de 30.08.90).

**EMENTA:** DESERÇÃO. Art. 187 do CPM. Prejudicada a preliminar arguida pela Defesa por já se constituir res-judicata. No mérito, negado provimento ao apelo defensorio para manter a Sentença recorrida. Aplicação in casu da Súmula nº 3 desta Egrégia Corte. Decisão unânime.

#### CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO

137-0 - DF - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Justificante: Capitão do Exército Alcides Rodrigues Cintra. Adv.: Dr. Octávio Cesar Ramos.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal considerou o Justificante culpado de ter tido conduta irregular, ex vi da letra "b" do inciso I do artigo 2º da Lei 5.836/72, determinando a sua reforma de acordo com o inciso II do artigo 16 do mesmo diploma legal, decisão esta tomada pela aplicação subsidiária do artigo 435, parágrafo único, do CPPM.

**EMENTA:** (CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO) - I - Desmerecem acolhida, impondo serem rejeitadas, ambas preliminares de nulidade, suscitadas pela Defesa, posto que, destituídas de qualquer fundamento fático. II - A impositiva medida ministerial que, discordando parcialmente da conclusão do Conselho de Justificação, devolveu-lhe os autos, para o reexame, não teve outro escopo, senão, o esclarecimento da verdade substancial, através das consecutivas diligências e investigações - Decisão Majoritária.

ria, III - A derradeira preliminar de nulidade, que aduz inobservada a regra inscrita no caput do Art. 13 da Lei 5.836/72, do mesmo modo, não se reflete veraz, porquanto determinada pelo Ministro da Força, em estrita obediência ao formalismo processual e, em face da contradição contida no relatório conclusivo do Conselho de Justificação - Decisão Majoritária. IV - No mérito, POR MAIORIA, o Tribunal considerou o oficial justificante, culpado de ter tido conduta irregular, ex vi da letra "b", do inciso I, do Art. 2º, da Lei 5.836/72, determinando a sua reforma, de acordo com o inciso II do Art. 16, do mesmo diploma, decisão esta, tomada pela aplicação subsidiária do artigo 435, parágrafo único, do CPPM.

#### EMBARGOS

45.621-3 - BA - Rel. Min. Alte. Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Rev. e Rel p/o Acórdão-Min. Dr. Aldo Fagundes. Embgte.: Edgar Santos Lima, Sd. Ex.. Embgdo.: O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 01.06.89. Adv.: Dr. Luiz Humberto Agle.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal declarou prejudicados os Embargos, em razão da extinção da punibilidade pelo indulto. (Sessão de 20.09.90).

**EMENTA:** EMBARGOS. Verificado que, depois da interposição do recurso, sobreveio a extinção da punibilidade do embargante, em razão de indulto, os Embargos estão prejudicados, por perda de objeto. Decisão por maioria.

45.642-6 - RS - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar - Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Embgte.: André Lohaku Reda Eto, Aluno CPOR/PA. Embgdo.: O Acórdão do STM de 22/02/90. Adv.: Drª Nadja Maria Guerra Rodrigues.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal manteve o Acórdão impugnado. (Sessão de 28.08.90).

**EMENTA:** EMBARGOS INFRINGENTES - Nenhuma prova nova veio à colação, limitando-se o Embargante a reiterar declarações já feitas na fase recursal. Provado a saciedade do delito pelo qual foi condenado o aplicante. Nenhum reparo a fazer à decisão atacada. Por maioria, o Tribunal rejeitou os Embargos para manter, em sua integridade, o R. e V. Acórdão hostilizado.

45.909-5 - DF - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Cherubim Rosa Filho. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Embgte.: Vanderlei Ferreira Valadares, Sd. Ex.. Embgdo.: O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 29.03.90. Adv.: Dr. Alexandre Lobão Rocha.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal rejeitou os Embargos. (Sessão de 28.06.90).

**EMENTA:** DESERÇÃO. FORMALIZAÇÃO DA AUSÊNCIA. PRAZO DE GRAÇA. 1. Considera-se formalizada a ausência do militar, após transcorridas 24 horas de falta injustificada ao quartel (Art. 89, inciso II, da Lei nº 6.880/80). 2. Para a contagem dos 08 dias do prazo de graça, o "dies a quo" é o da formalização da ausência (Art. 16, do CPM). Após esse prazo, consuma-se o crime de deserção. In casu, o Embargante faltou à revista do recolher do dia 06/09/89 e somente foi considerado ausente no dia 07/09/89, sendo esta última data a de início de contagem dos 08 dias do prazo de graça, que exauriu-se no dia 14, seguinte. Embargos rejeitados. Decisão majoritária.

#### HABEAS CORPUS

32.670-7 - CE - Rel. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Pcte.: Francisco Carlos Barbosa, 2º Ten. PM/CE, indiciado em IPM instaurado na Base Aérea de Fortaleza, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do Sr. Presidente encarregado do Inquérito, pede liminarmente a concessão da ordem para que seja sobrestada qualquer providência no sentido de ser remetido os autos do IPM ao Ministério Público Militar. E, finalmente, requer o trancamento do referido Inquérito Policial Militar. Impte.: Dr. Antonio Caminha Muniz Filho.

**DECISÃO:** A unanimidade, o Tribunal denegou a Ordem e, por maioria, determinou o envio de cópia do Acórdão ao Exmº Sr. Min. da Aeronáutica a fim de evitar a presença de graduado como escrivão em IPM, quando for indiciado Oficial Superior. (Sessão de 13.09.90).

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. A presença de graduado nos atos de inquirição, durante a feitura de Inquérito Policial Militar, em que é indiciado um Oficial, é uma irregularidade que fere o princípio de hierarquia, não chegando a constituir, entretanto, nulidade processual. A não apresentação de prova de falta de justa causa para a instauração do Inquérito Policial Militar impede que seja ela reconhecida. Ordem que é denegada.

32.673-1 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Pcte.: Jairo Basílio, Cabo FN, submetido à medida de segurança detentiva por sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Conselho, pede a concessão da ordem para que seja posto imediatamente em liberdade. Impte.: Drª Carmen Lucia de Andrade Montesinos.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal concedeu a Ordem para a cassação da medida de segurança, mantendo, porém, a pena e determinando a soltura do paciente, se por al não estiver preso. (Sessão de 20.09.90).

**EMENTA:** (HABEAS CORPUS) - MEDIDA DE SEGURANÇA - I - Incabível a medida de segurança que se erige, sem o prévio e regular exame criminalístico do sentenciado. II - A aferição da periculosidade deste, encontra suporte na Lei Penal Militar e, subsidiariamente na Lei de Execuções Penais. III - Majoritariamente conhecida e concedida a ordem, ex vi do Art. 467, letra "b" do CPPM, para a cassação da medida de segurança e a submissão do ora paciente a pena que lhe fora antes imposta, determinando-se, por fim, a sua soltura, se por al não estiver preso.

#### RECURSO CRIMINAL

5.938-0 - RJ - Rel. Min. Dr. Aldo Fagundes. Recte.: O Ministério Público Militar junto à 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM. Recda.: A



Decisão do Exmº Sr. Juiz-Auditor da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 25.05.90, que rejeitou a denúncia oferecida contra o Sd. FN. VALCIDES BARBOSA ARANTES e os civis MARIA LUCIA MILHOMEM DE BRITO e WALTER BARBOSA ARANTES, todos como incurso no Art. 311 do CPM.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal recebeu a denúncia e seu aditamento, determinando a baixa dos autos ao juízo a quo para o prosseguimento do feito. (Sessão de 11.09.90).

EMENTA: RECURSO CRIMINAL. Denúncia rejeitada, pelo não atendimento dos pressupostos fáticos exigidos no Art. 77 do CPPM. Não se desconhecem o constrangimento e os inconvenientes representados pela instauração de uma ação penal, ainda que a absolvição do denunciado ou a improcedência da ação seja o desfecho. Mas se a peça exordial fotografou nos autos de IPM uma situação clara, definida, indubitosa, não há por que ser rejeitada. Provido o recurso interposto pelo RMM. Decisão unânime.

5.940-2 - AM - Rel. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Recte.: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 12ª CJM. Recdo.: A Decisão da Exmª Srª Juíza-Auditora da Auditoria da 12ª CJM, de 04.06.90, que rejeitou a denúncia oferecida contra o Cb. Mar. JOEL DE JESUS BOGÉA, como incurso nos Arts. 195 e 235 do CPM.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal deu provimento ao recurso, recebendo a denúncia, e determinou a baixa dos autos para o prosseguimento do feito. (Sessão de 28.08.90).

EMENTA: REJEIÇÃO DE DENÚNCIA. CRIME MILITAR. CARACTERIZAÇÃO. O Militar em atividade, licenciado, continuará no exercício de suas funções até ser desligado da OM que estiver vinculado. Provimento do recurso Ministerial. Remessa do feito à Auditoria de origem para prosseguimento da ação penal. Decisão unânime.

5.941-0 - DF - Rel. Min. Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Recte.: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 11ª CJM. Recdo.: O Despacho do Exmº Sr. Juiz-Auditor da Auditoria da 11ª CJM, de 26.06.90, que rejeitou a Denúncia contra o Sd. Aer. AZIEL RODRIGUES CORTE, como incurso no Art. 205 do CPM e o ex-Sd PM/DF FRANCISCO SILVA LIRA, incurso no Art. 209, § 1º, do mesmo diploma legal.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal deu provimento ao recurso, recebendo a denúncia e determinando o prosseguimento do feito. (Sessão de 06.09.90).

EMENTA: RECURSO CRIMINAL. CRIME MILITAR. O Policial militar, enquanto em exercício na Força Policial Estadual, é considerado militar da ativa, para efeitos penais. A competência para processar e julgar os milicianos, nos crimes militares assim definidos no Art. 9º, do CPM, é da Justiça Militar Estadual. Inteligência do Art. 125, § 4º da Constituição Federal. Excepcionalmente, ex vi do Art. 9º, do Decreto-Lei nº 315/67, os policiais militares do Distrito Federal têm foro na Auditoria da 11ª CJM. Recurso provido em decisão majoritária.

5.947-0 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Recte.: O Exmº Sr. Juiz-Auditor da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de Ofício. Recda.: A Decisão do Exmº Sr. Juiz-Auditor da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 24/07/90, que concedeu reabilitação do Cabo Mar LUIZ ALBERTO RAMOS. Advº: Drª Carmen Lucia Andrade

de Montesinos.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal manteve a decisão recorrida. (Sessão de 11.09.90)

EMENTA: REABILITAÇÃO - I - Preenchidos que foram, inteiramente, os pressupostos objetivos e subjetivos, insitos no Art. 652 do CPPM, é de ser concedida ao sentenciado a reabilitação. II - Intento que en contra sufrágio, entre o Representante do Ministério Público Militar e a Procuradoria-Geral da Justiça Militar. III - A unanimidade, improvido o recurso "de ofício" e mantido o decisum impugnado.

5.948-8 - RJ - Rel. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Recte.: Flávio de Souza Gonçalves, Sd. Ex.. Recda.: A Decisão do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 19.06.90, que decretou a prisão preventiva do Recorrente. Advº: Drª Mariza Pereira ou Couto.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal deu provimento ao recurso, determinando a soltura do recorrente, se por aí não estiver preso. (Sessão de 11.09.90)

EMENTA: PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. A custódia preventiva é medida de força, que o interesse social reclama da liberdade individual. O seu leatério reside no periculum in mora, e deve ser demonstrado na decisão constritiva, de forma concreta, não sendo suficiente a simples menção, em abstrato, da triplíce finalidade autorizativas legais. Recurso provido. Decisão unânime.

5.952-6 - PA - Rel. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Recte.: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 8ª CJM. Recda.: A Decisão do Exmº Sr. Juiz-Auditor da Auditoria da 8ª CJM, de 18.07.90, que rejeitou a denúncia oferecida contra o civil EDILSON ALVES DOS SANTOS, como incurso no Art. 219 do CPM.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal manteve a decisão impugnada. (Sessão de 11.09.90)

EMENTA: OFENSA ÀS FORÇAS ARMADAS. (Art. 219, do CPM). Rejeição da denúncia. Atipicidade. Para que se caracterize o crime do artigo 219, do Código Penal Militar, há necessidade de que a divulgação dos fatos inverídicos sejam propalados de tal forma que o homem comum neles acredite, e que esses fatos ainda sejam capazes de abalar o crédito e o conceito que as Forças Armadas devem inspirar junto à sociedade como instrumento de garantia da soberania nacional, consoante destinação constitucional. A tipificação do crime em foco exige que a divulgação de fatos, precisos e determinados, que o agente sabe inverídicos, mas que tenham a aparência de realidade, sejam potencialmente ofensivos às Forças Armadas, isto é, caracterizados de objetividade. Precedente da Suprema Corte. Negado provimento ao recurso interposto pelo MPM para manter a Decisão que rejeitou a denúncia. Decisão unânime.

Brasília, 08 de novembro de 1990

DENISE GALARDO AMORIM DUTRA, Supervisora II; JAIME TEIXEIRA LEITE, Supervisor III; VISTO: CARLOS ISRAEL SILVA, Diretor da DIJUR.

PROCESSOS COM DECISÕES TRANSITADAS EM JULGADO, RELACIONADOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 1990, NOS TERMOS DO ART. 26, II, LETRA "H", DAS NORMAS DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (ATO Nº 5.418, DE 30-09-80)

APELAÇÃO Nº	NOME	AUDITORIA	TRANSITOU PARA		OFÍCIO SETEA Nº	DIA
			M. P. M.	DEFESA		
45.988-0-FO	Edinaldo Dias Lemos	9ª CJM	20/08/90	20/09/90	747	01/10
45.935-9-FO	Carlos Antonio Arguelho	9ª CJM	20/08/90	24/09/90	749	01
45.915-4-FO	Ali Ahmad Hijazi	5ª CJM	23/08/90	24/09/90	767	09
46.084-7-DE	Cleone Correia de Oliveira	11ª CJM	12/09/90	01/10/90	769	09
45.998-7-FO	Paulo Henrique Viana	11ª CJM	12/09/90	03/10/90	770	09
45.885-9-FO	Paulo Gilson Pinheiro do Nascimento e Célio dos Santos	12ª CJM	06/09/90	-	770	09
45.885-9-FO	Paulo Gilson Pinheiro do Nascimento	12ª CJM	-	19/09/90	771	09
46.001-4-IN	Cícero Ramos Silva	10ª CJM	04/10/90	-	777	11
46.058-8-DE	Gilson Vallin de Almeida	1ª Mar	12/09/90	27/09/90	780	15
45.932-4-FO	Benilson Soares da Silva e Luis José da Silva	1ª Mar	12/09/90	04/10/90	781	15
45.818-4-DE	Wallace Martins Malaquias	2ª Mar	12/09/90	05/10/90	782	15
45.999-5-FO	Antonio Pedro da Silva Neto	1ª Ex	12/09/90	01/10/90	785	15
46.042-1-DE	Dario Leandro Alvares Schneider	3ª/3ª	12/09/90	28/09/90	789	15
45.997-9-FO	Marcos Douglas Lima dos Santos	11ª CJM	15/10/90	-	798	16
45.899-0-DE	Elias Pereira da Silva	1ª Mar	15/10/90	-	801	18
46.050-2-DE	Marcelo Marinho Rangel	3ª Ex	24/09/90	05/10/90	802	18
45.590-8-DE	Joselito Domingues Ribeiro	3ª/2ª	15/10/90	-	803	18
46.011-1-DE	Emílio César Fernandes	2ª/3ª	12/09/90	01/10/90	805	18
45.992-8-FO	Joel Fernandes	7ª CJM	12/09/90	09/10/90	806	18
46.039-0-FO	Mauro Cardoso de Sá	9ª CJM	24/09/90	15/10/90	807	18
46.085-5-DE	Paulo Cesar Rodrigues	11ª CJM	04/10/90	15/10/90	808	18
45.995-2-FO	Nailton Monteiro Araújo	11ª CJM	15/10/90	-	809	18
46.047-2-IN	José Gilberto Lisboa dos Santos	11ª CJM	15/10/90	-	810	18
45.945-8-DE	David de Castro	12ª CJM	24/09/90	09/10/90	812	18
45.971-5-FO	Márcio da Rosa Silva	2ª/3ª	12/09/90	10/10/90	817	25
46.138-0-DE	Marco Antonio Gomes	11ª CJM	24/10/90	-	820	25
46.121-5-IN	Raimundo Carlos Mascarenhas da Cruz	12ª CJM	24/10/90	-	821	25
46.030-6-FO	William Bernardi	2ª/2ª	04/10/90	22/10/90	827	29
45.967-9-DE	Elias Ercolino Lopes	4ª CJM	12/09/90	01/10/90	829	29
45.542-8-DE	Jonas dos Santos Silva	4ª CJM	12/09/90	01/10/90	830	29
45.626-2-DE	Cidalcino Junior Borges	11ª CJM	26/10/90	-	834	29
46.136-3-DE	Antonio Vargem Brito	11ª CJM	26/10/90	-	836	29



H. CORPUS Nº	N O M E	AUDITORIA	TRANSITOU PARA		OFÍCIO SETEA Nº	DIA
			M. P. M.	DEFESA		
32.658-8	Washington Luiz Astrolábio dos Santos	2ª/Ex	-	17/09/90	773	11/10
32.668-5	Lucas Antonio da Silva Oliveira	6ª CJM	-	01/10/90	775	11
32.669-3	Ediomar Pereira de Moura	1ª/3ª	-	01/10/90	804	18
32.661-8	Marcelo André Alves de Oliveira	12ª CJM	-	24/09/90	811	18
EMBARGOS Nº						
45.537-3-FO	Fábio Antunes da Silveira	4ª CJM	14/09/90	-	823	25/10
45.621-3-FO	Edgar Santos Lima	6ª CJM	26/10/90	-	831	29
45.909-5-DE	Vanderlei Ferreira Valadares	11ª CJM	04/10/90	25/10/90	835	29
RECURSO CRI MINAL Nº						
5.935-0-FE	Getúlio da Silveira Ribeiro Filho	1ª/Ex	08/10/90	-	764	09/10
5.937-2-FO	Severino Trindade Barros	8ª CJM	01/10/90	-	768	09
5.947-0-FO	Luiz Alberto Ramos	1ª/Mar	05/10/90	-	772	11
5.948-8-FO	Flávio de Souza Gonçalves	3ª/Ex	05/10/90	-	774	11
5.952-6-FO	Edilson Alves dos Santos	8ª CJM	04/10/90	-	776	11
	<div>VISTO:</div> <div>VALÉRIA DA SILVA RAMOS Supervisora do SETEA</div> <div>CARLOS ISRAEL SILVA Diretor da DIJUR</div> <div>ANTÔNIO ALVES CRISPIM Supervisor da SEJUD</div>					

## Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 76ª SESSÃO, EM 08 DE NOVEMBRO DE 1990 - QUINTA-FEIRA  
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO  
PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR MILTON MENEZES DA COSTA FILHO  
SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO: DRª SUELY MATTOS DE ALENCAR

Compareceram os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Roberto Anderson Cavalcanti, Paulo César Cataldo, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Haroldo Erichsen da Fonseca, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira e Eduardo Pires Gonçalves.

Às 13:30 horas, havendo número legal, foi aberta a Sessão.

Lida e sem debate, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os seguintes processos:

- HABEAS-CORPUS 32.681-2 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. PACIENTE: CLOVIS OSVALDO SCHONS, CT Mar, denunciado perante a 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede a concessão da ordem para que o seu nome seja excluído da denúncia. Impetrante: Dr Fábio Fracaroli Neves. - Pede vista o Ministro PAULO CÉSAR CATALDO (Art 78 do RI) após o voto do Relator, que conheceu do pedido e denegou a ordem por falta de amparo legal. Com o Relator votaram os Ministros LUIZ LEAL FERREIRA, ALDO FAGUNDES, HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA, EVERALDO DE OLIVEIRA REIS, CHERUBIM ROSA FILHO, WILBERTO LUIZ LIMA e EDUARDO PIRES GONÇALVES. O Ministro JORGE JOSÉ DE CARVALHO concedia a ordem. (Usaram da palavra o Impetrante, Dr Fábio Fracaroli Neves e o Procurador-Geral, Dr Milton Menezes da Costa Filho, na conformidade do artigo 76 do RI).

- HABEAS-CORPUS 32.686-3 - Distrito Federal. Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. PACIENTE: GILDO FERNANDES SOUZA, Cel Aer, denunciado perante a Auditoria da 11ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que seja suspenso o seu interrogatório marcado para o dia 24 do corrente, e ao final, atendidas as formalidades legais, seja o seu nome excluído da Denúncia. Impetrante: Dr Lino Machado Filho. Pede vista o Ministro JORGE JOSÉ DE CARVALHO (Art 78 do RI) após o voto do Relator que conheceu do pedido e denegou a ordem por falta de amparo legal. Com o Relator votaram os Ministros ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI, GEORGE BELHAM DA MOTTA, PAULO CÉSAR CATALDO, ALDO FAGUNDES, HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA, ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, EVERALDO DE OLIVEIRA REIS, CHERUBIM ROSA FILHO, WILBERTO LUIZ LIMA e EDUARDO PIRES GONÇALVES. (Usaram da palavra o Impetrante, Dr Lino Machado Filho e o Procurador-Geral, Dr Milton Menezes da Costa Filho, na conformidade do artigo 76 do RI).

- APELAÇÃO 45.996-0 - Pernambuco. Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. APELANTES: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, junto à Auditoria da 7ª CJM; MARCOS ANTONIO NOGUEIRA DE LUNA, 3ª Sgt Mar, condenado a três anos de reclusão, incurso, por desclassificação, no artigo 303, § 2º, com a pena acessória de exclusão das Forças Armadas, ex vi do artigo 102; e VICENTE PEDRO DA SILVA, 3ª Sgt Mar, condenado a um ano de prisão, incurso no artigo 303, caput, combinado com o artigo 30, inciso II, tudo do CPM, ambos com o direito de apelar em liberdade. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 7ª CJM, de 17 de janeiro de 1990, que condenou os Apelantes, absolveu os 1ªs Sgts Mar JOSÉ ALVES SIMÕES e JOSÉ AGUINALDO ALVES PEREIRA e os 3ªs Sgts Mar PETRÚCIO DA COSTA PALMEIRA e NIELSON RODRIGUES DA COSTA, do crime previsto no artigo 303, combinado com o artigo 53, e os civis JOSÉ MARTINS JÚNIOR e ROMÃO BATISTA ARAÚJO DA SILVA, do crime previsto no artigo 254, combinado com o artigo 53, e que condenou os civis ALVARO JORGE MARTINS e FRANCISCO ARAUJO DE SOUZA, a seis meses de detenção, incurso, por desclassificação, no artigo 255, tudo do CPM, os últimos com o benefício do sursis pelo prazo de dois anos. Advs Drs Josemar Leal San-

tana, Dermeval Houly Lellis, Moacir Martins Veloso, Nythamar Hilário Fernandes de Oliveira, Rosinete de Lima e Silva Medeiros e Geraldo Pereira de Paula. (Usaram da palavra o Procurador-Geral, Dr Milton Menezes da Costa Filho e a Advª Drª Rosinete de Lima e Silva Medeiros, na conformidade do artigo 76, § 4º, do RI). (SESSÃO SECRETA)

Publica-se, em cumprimento ao disposto na parte final do § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do STM, a decisão relacionada com o processo julgado na 73ª Sessão, em 25 de outubro do ano em curso:

- APELAÇÃO 46.178-9 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTES: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, junto à 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM e ANDRÉ JESUS DOS SANTOS, Sd Ex, condenado a dois meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com os artigos 72, incisos I e III, alínea "a" e 189, inciso I, tudo do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça da Escola de Equitação do Exército, de 20 de julho de 1990. Advªs Drªs Clarice do Nascimento Costa e Eleonora Salles de Campos Borges. - POR MAIORIA, o Tribunal acolheu a preliminar suscitada pela PGJM, no sentido de anular o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se os autos. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA REJEITARAM a preliminar.

A Sessão foi encerrada às 20:30 horas.

## Processos em mesa:

Apelação 45.918-9 (GB/PC) 1ª Ex proc 06/89-7 Advªs Guilherme J. Bernardo e outros  
Representação 1.063-3 (AF) Aud 6ª proc 3/88-8 Advª Ronilda Noblat  
Correção Parcial 1.385-0 (HE) 3ª Ex IPM 38/90  
Rev Crim 1.232-6 (ST/JS) 1ª/2ª ploc 02/86 Adv Sergio Habib  
Apelação 45.828-1 (RA/ST) 3ª Ex proc 511/89-5 Advª Mariza P. Couto  
Apelação 45.857-5 (RA/ST) 2ª/3ª proc 513/89-3 Adv Edgar Leite dos Santos  
Apelação 45.861-3 (RA/ST) 2ª Mar proc 533/89-9 Advª Tania S. Nascimento  
Apelação 45.181-9 (LL/AF) Aud 12ª proc 506/90-0 Adv Benedito J. P. Tavares  
Apelação 45.768-4 (JS/ST) Aud 9ª proc 520/89-5 Advª Nadir Vilela Gaudioso  
Apelação 46.036-7 (JS/AN) Aud 6ª proc 502/90-6 Adv Sergio Habib  
Apelação 46.103-7 (JC/ST) 2ª Mar proc 502/90-4 Advª Tania S. Nascimento  
Apelação 46.173-8 (JC/AN) 3ª Ex proc 513/90-1 Advª Mariza P. Couto  
Apelação 46.137-1 (JC/ST) Aud 11ª proc 545/90-9 Adv Alexandre T. Rocha  
Apelação 46.126-4 (ST/JC) 1ª Ex proc 17/89-9 Advªs Clarice N. Costa e outras  
Apelação 46.176-2 (RF/EG) Aud 12ª proc 511/90-3 Adv João T. Luchsinger  
Apelação 45.853-2 (RA/ST) 2ª Mar proc 532/89-2 Advª Tania S. Nascimento  
Apelação 45.884-2 (RA/ST) 3ª/3ª proc 517/89-7 Adv Walter J. Neto  
Apelação 46.068-5 (JS/ST) 2ª Mar proc 501/90-3 Advª Tania S. Nascimento  
Apelação 46.182-5 (PC/ER) 1ª Mar proc 04/90-1 Advª Carmem L.A. Montesinos  
Apelação 46.134-7 (GB/ST) Aud 11ª proc 541/90-3 Adv Alexandre L. Rocha  
Apelação 46.075-6 (GB/AF) 2ª Mar proc 11/87-6 Adv Edgar L. Nogueira  
Apelação 46.132-0 (JS/AN) Aud 5ª proc 509/90-2 Advªs Edgar L. Santos/outra  
Apelação 45.949-0 (RA/AN) Aud 4ª proc 501/90-3 Advª Samaritana S. Correia  
Apelação 45.990-1 (RA/AN) 3ª/x proc 519/89-6 Advªs Mariza P. Couto/outra  
Apelação 46.156-8 (JS/EG) 2ª Mar proc 517/90-7 Advªs Eliane O.L. Freire/outra

## Aguardando decurso de prazo:

Embargos 45.761-9 (RA/PC) 1ª/3ª proc 20/88-0 Advª Nadja M.G. Rodrigues  
Apelação 45.925-3 (RA/PC) 2ª Mar proc 504/89-9 Advªs Eliane O.L. Freire e outra

Apelação 46.040-3 (PC/HE) Aud 9ª proc 3/89-0 Adv Carlos G. Gonzalez  
Apelação 46.059-4 (RA/AF) 1ª Ex proc 26/88-0 Advª Clarice N. Costa  
Cor Parcial 1.387-7 (ER) 1ª/3ª proc 6/89-6 Advª Nadja M.G. Rodrigues  
Apelação 45.958-0 (RA/ST) 2ª Mar proc 514/83-5 Advª Tania S. Nascimento e outra  
Apelação 45.991-0 (RA/AF) 1ª Ex proc 518/89-0 Advªs Lucia M. Lobo e outra  
Apelação 46.100-0 (JC/AN) Aud 5ª proc 02/90-5 Advªs Edgar L. Santos/outra  
Apelação 46.108-6 (LL/ST) 2ª Aer proc 01/90-7 Advªs Josemar L. Santana/outras  
Apelação 46.127-2 (JC/EG) 1ª Ex proc 04/90-8 Advªs Eleonora S.C. Borges/outra  
Apelação 46.182-2 (ST/HE) 1ª/2ª proc 09/90-4 Advªs Ariosvaldo G.C. Homem e outros

## Aguardando publicação:

Apelação 46.165-7 (ER/AN) 2ª Mar proc 513/90-1 Advª Tania S. Nascimento  
Apelação 46.024-3 (RA/ST) Aud 11ª proc 518/90-1 Advª Elizabeth D.M. Souto  
Apelação 46.037-5 (RA/PC) Aud 6ª proc 503/90-2 Adv Sergio Habib



Apelação 46.062-4(ER/AN)2ª Mar proc 6/89-9 Adv's Eliane O.L.Freire/outra  
Apelação 46.208-4(HE/ST)2ª Ex proc 504/90-9 Adv's Teresa S. Moreira  
Embargos 45.812-9(JS/AN)2ª/2ª proc 510/90-0 Adv Paulo R. Godoy

SUELY MATTOS DE ALENCAR  
Secretária do Tribunal

ATA DA 77ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA), EM 09 DE NOVEMBRO DE 1990 - SEXTA-FEIRA  
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO  
PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR MILTON MENEZES DA COSTA FILHO  
SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO: DRª SUELY MATTOS DE ALENCAR

Compareceram os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Roberto Andersen Cavalcanti, Paulo César Cataldo, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Haroldo Erichsen da Fonseca, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira e Eduardo Pires Gonçalves.

Às 13:30 horas, havendo número legal foi aberta a Sessão.

Lida e sem debate, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os seguintes processos:

- **HABEAS CORPUS 32.681-2** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Antônio Carlos de Nogueira. **PACIENTE:** CLOVIS OSVALDO SCHONS, CT Mar, denunciado perante a 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede a concessão da ordem para que o seu nome seja excluído da denúncia. Impetrante: Dr Fábio Fracaroli Neves. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal conheceu do pedido e denegou a ordem por falta de amparo legal.

- **HABEAS CORPUS 32.683-9** - Rio Grande do Sul. Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. **PACIENTE:** BUCK MARCELO, Sd Ex, preso, por ordem do Senhor Comandante do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, alegando estar sofrendo do constrangimento ilegal por parte do mencionado Comando, pede a concessão da ordem para que possa ser posto em liberdade. Impetrante Drª Benedita Marina da Silva. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal não conheceu do pedido.

- **APELAÇÃO 45.918-9** - Rio de Janeiro. Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** OLEGÁRIO MACIEL DA SILVA FILHO, Sd Ex e CLÁUDIO DE ALMEIDA SANTOS, civil, condenados a 06 anos e nove meses de reclusão, incurso no artigo 240, §§ 4º, 5º e 6º, inciso IV, combinado com os artigos 53 e 80; JOEL DELFINO DA SILVA, civil, condenado a nove anos de reclusão, incurso no artigo 240, §§ 4º, 5º e 6º, inciso IV, combinado com os artigos 53 e 80; JÚLIO CÉSAR MELLO DOS SANTOS, civil, condenado a nove anos de reclusão, incurso no artigo 254, combinado com o artigo 80; PAULO ROBERTO RANGEL GOMES, civil, condenado a três anos de reclusão, incurso no artigo 254; e MARIA DE LOURDES SANTOS DA SILVA, civil, condenada a um ano de reclusão, incurso no artigo 240, tudo do CPM, estando os cinco primeiros sentenciados com o direito de apelar em liberdade e o último com o benefício do sursis pelo prazo de dois anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 05 de outubro de 1989. Adv's Drs Guilherme José Bernardo, Sérgio Augusto Ferreira Collares, Eleonora Salles de Campos Borges, Clárice do Nascimento Costa e Mariza Pereira do Couto. (SESSÃO SECRETA).

- **CORREIÇÃO PARCIAL 1.385-0** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Haroldo Erichsen da Fonseca. **REPRESENTANTE:** O EXMº SR JUIZ-AUDITOR CORREGEDOR DA JUSTIÇA MILITAR. **REPRESENTADO:** O Despacho da Exmª Srª Juíza-Auditora da 3ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 31 de agosto de 1990, que determinou o arquivamento do IPM nº 38/90, referente ao Cb Ex MARCOS ALBERTO BASTOS e o Sgt Ex JOSÉ ERIVELTO MOURA DE SOUSA. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal deferiu, parcialmente, a representação para desconstituir o despacho de fls, remetendo-se os autos à douta PGJM, com fulcro no artigo 397, in fine, do CPPM.

- **APELAÇÃO 45.828-1** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:**

PAULO CESAR MACEDO COSTA, Sd Ex, condenado a oito meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 72, inciso I, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do Depósito Central de Material de Motomecanização, de 13 de julho de 1989. Adv's Drª Mariza Pereira do Couto. - **POR MAIORIA**, o Tribunal, preliminarmente, declarou nulo o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. Os Ministros RELATOR e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o processo ab initio, com fulcro no artigo 500, inciso IV, do CPPM.

- **APELAÇÃO 45.857-5** - Rio Grande do Sul. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** LUIZ CARLOS MACHADO WOLFENBUTTEL, Sd Ex, condenado a seis meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com os artigos 72, incisos I e II, e 189, incisos I e II, tudo do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 5º Regimento de Cavalaria Mecanizado, de 28 de agosto de 1989. Adv Dr Edgar Leite dos Santos. - **POR MAIORIA**, o Tribunal, preliminarmente, declarou nulo o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, incisos III, letra "i" e IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se os autos. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o processo, ab initio, com fulcro no artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros RELATOR e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar.

- **APELAÇÃO 45.861-3** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** JOSÉ CARLOS FERNANDES DA SILVA, Cb FN, condenado a três meses e quinze dias de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 189, inciso I, 1ª parte, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 31 de agosto de 1989. Adv's Drª Tania Sardinha Nascimento. - **POR MAIORIA**, o Tribunal rejeitou a preliminar da nulidade suscitada, de ofício, pelo Ministro Revisor e, **NO MÉRITO, POR UNANIMIDADE**, negou provimento ao apelo, mantendo a Sentença recorrida. Os Ministros REVISOR e WILBERTO LUIZ LIMA acolheram a preliminar, para declarar nulo o processo, ab initio, ex vi do artigo 500, inciso IV, do CPPM.

- **APELAÇÃO 46.181-9** - Amazonas. Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

junto à Auditoria da 12ª CJM e SEBASTIÃO DE SOUZA LIMA, Sd Ex, condenado a dois meses de impedimento, incurso no artigo 183, combinado com o artigo 72, inciso I, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 1º Batalhão de Engenharia de Construção, de 26 de junho de 1990. Adv Dr Benedito de Jesus Pereira Tavares. (SESSÃO SECRETA).

- **APELAÇÃO 45.768-4** - Mato Grosso do Sul. Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** ALCIR BALDONADO AMARAL, Sd Ex, condenado a oito meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 189, inciso II, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, de 26 de junho de 1989. Adv's Drª Nadir Vilela Gaudioso. - **POR MAIORIA**, o Tribunal, preliminarmente, declarou nulo o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o processo com fulcro no artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. (NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS).

- **APELAÇÃO 46.036-7** - Bahia. Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antônio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** EVERALDO CALAZANS NEVES, Sd Ex, condenado a um mês e oito dias de impedimento, incurso no artigo 183, § 2º, alínea "b", combinado com o artigo 72, inciso III, alínea "b", ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça da Escola de Administração do Exército, de 14 de março de 1990. Adv Dr Sérgio Habib. - **POR MAIORIA**, o Tribunal acolheu a preliminar suscitada pela Defesa para declarar nulo o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o processo com fulcro no artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. (NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS).

- **APELAÇÃO 46.103-7** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** REGINALDO CUNHA DO NASCIMENTO, Cb Mar, condenado a seis meses de detenção, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 189, inciso I, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 31 de maio de 1990. Adv's Drª Tania Sardinha Nascimento. - **POR MAIORIA**, o Tribunal rejeitou a preliminar de nulidade suscitada, de ofício, e, **NO MÉRITO, POR UNANIMIDADE**, deu provimento parcial ao apelo para reduzir a pena a cinco meses e dez dias de prisão. Os Ministros REVISOR e WILBERTO LUIZ LIMA acolheram a preliminar suscitada. (O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO).

- **APELAÇÃO 46.137-1** - Distrito Federal. Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** ALBANO ALVES DOS REIS, Sd Ex, condenado a seis meses de prisão, incurso no artigo 187 do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 43º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 19 de junho de 1990. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha. - **POR MAIORIA**, o Tribunal, preliminarmente, declarou nulo o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, expedindo-se alvará de soltura em favor do apelante se por aí não estiver preso, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se os autos. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o processo, ab initio, com fulcro no artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. (NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS).

- **APELAÇÃO 46.173-8** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Antônio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** GEOVANE BATISTA OLIVEIRA, Sd Ex, condenado a três meses de impedimento, incurso no artigo 183 do CPM, tendo fixado a pena base em três meses, considerando as circunstâncias atenuantes, determinando que seja contado o tempo de prisão preventiva, de acordo com o artigo 67 do CPM e que se transforme em pena de prisão a detenção que lhe foi imposta, na forma do artigo 59 do mesmo diploma legal. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 1º Regimento de Carros de Combate, de 25 de junho de 1990. Adv's Drª Mariza Pereira do Couto. - **POR MAIORIA**, o Tribunal, preliminarmente, declarou nulo o processo, ab initio, com fulcro no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA, anulou o processo, ab initio, com base no artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. (O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO).

- **APELAÇÃO 46.126-4** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Jorge José de Carvalho. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM e ELIAS JOSÉ DE SOUZA, Sd Ex, condenado a dois meses de detenção, incurso no artigo 210 do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de dois anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 02 de maio de 1990, que condenou o Apelante e absolveu o Sd Ex ROBERTO RICARDO SANTOS DA MOTTA do crime previsto no artigo 210, c/c o artigo 53, ambos do CPM. Adv's Drs Clárice do Nascimento Costa, Eleonora Salles de Campos Borges e Mariza Pereira do Couto. (NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS). (SESSÃO SECRETA).

- **APELAÇÃO 46.176-2** - Amazonas. Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 12ª CJM e MARCELO ANDRÉ ALVES DE OLIVEIRA, Sd Ex, condenado a três meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 189, inciso I, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, de 12 de julho de 1990. Adv Dr João Thomas Luchsinger. - **POR MAIORIA**, o Tribunal acolheu a preliminar suscitada pelas partes, para declarar nulo o processo, ab initio, com fulcro no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA, anulou o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. (O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO).



- **APELAÇÃO 45.853-2** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** MARCELO DIAS DOS SANTOS, MN, condenado a três meses e quinze dias de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 189, inciso I, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 31 de agosto de 1989. Advª Drª Tania Sardinha Nascimento. - **POR MAIORIA**, o Tribunal rejeitou a preliminar, de ofício, suscitada pelo Revisor e, **NO MÉRITO, POR UNANIMIDADE**, negou provimento ao apelo, mantendo a Sentença recorrida. O Ministro WILBERTO LUIZ LIMA acolheu a preliminar de nulidade. (NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS).

- **APELAÇÃO 45.884-2** - Rio Grande do Sul. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 3ª Auditoria da 3ª CJM e o Sd Ex CLAUDIO MIRO FARIAS DO NASCIMENTO, condenado a três meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 189, inciso I, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 17º Batalhão de Infantaria, de 25 de setembro de 1989. Adv Dr Walter Jobim Neto. (NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS). (**SESSÃO SECRETA**).

- **APELAÇÃO 46.068-5** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** WEINER VICENTE DO NASCIMENTO, MN, condenado a seis meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 189, inciso I, parte final, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 17 de abril de 1990. Advª Drª Tania Sardinha Nascimento. - **POR MAIORIA**, o Tribunal rejeitou a preliminar, de ofício, suscitada pelo Revisor e, **NO MÉRITO, POR UNANIMIDADE**, deu provimento parcial ao apelo para reduzir a pena a quatro meses de prisão. O Ministro WILBERTO LUIZ LIMA acolheu a preliminar. (NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS).

- **APELAÇÃO 46.134-7** - Distrito Federal. Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** OSMAR JOSÉ DE FRANÇA BARBOSA, Sd Ex, condenado a dois meses e vinte dias de impenimento, incurso no artigo 183, §2º, letra "b", do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, de 31 de maio de 1990. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha. - **POR MAIORIA**, o Tribunal acolheu a preliminar suscitada pela douta PGJM, para declarar nulo o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. O Ministro RELATOR anulou o processo, ab initio, com fulcro no artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. (NÃO ASSISTIRAM AO RELATÓRIO OS MINISTROS EVERALDO DE OLIVEIRA REIS e CHERUBIM ROSA FILHO).

- **APELAÇÃO 46.132-0** - Paraná. Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** RUBENS TEIXEIRA DE OLIVEIRA, Sd Ex, condenado a quatro meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com os artigos 72, incisos I e II, e 189, inciso I, tudo do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 202º Batalhão de Infantaria Blindado, de 30 de maio de 1990. Advª Drs Edgar Leite dos Santos e Anne Elisabeth Nunes de Oliveira. - **POR MAIORIA**, o Tribunal, preliminarmente, declarou nulo o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o processo, ab initio, com fulcro no artigo 500, inciso IV, do citado diploma legal. (OS MINISTROS EVERALDO DE OLIVEIRA REIS e CHERUBIM ROSA FILHO NÃO ASSISTIRAM AO RELATÓRIO).

- **APELAÇÃO 45.949-0** - Minas Gerais. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** BELCHIOR RODRIGUES DE SANTANA, Sd Ex, condenado à pena de três meses de impedimento como incurso na sanção penal do artigo 183 do CPM, tendo fixado a pena base em três meses e diminuída de um mês, de acordo com a atenuante do artigo 72, do mencionado diploma legal. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 12º Batalhão de Infantaria, de 20 de dezembro de 1989. Advª Drª Samaritana da Silva Correia. - **POR MAIORIA**, o Tribunal, preliminarmente, anulou o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se os autos. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros RELATOR e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. (NÃO ASSISTIRAM AO RELATÓRIO OS MINISTROS EVERALDO DE OLIVEIRA REIS e CHERUBIM ROSA FILHO).

- **APELAÇÃO 45.990-1** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** WILLIAM VIANNA SANTOS, Sd Ex, condenado a seis meses de prisão, incurso no artigo 187, tendo fixado a pena base em oito meses e diminuída a mesma em dois meses, de acordo com a atenuante do artigo 72, incisos II e III, letra "a", tudo do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça da Escola de Equitação do Exército, de 23 de novembro de 1989. Advªs Drªs Mariza Pereira do Couto e Lúcia Maria Lobo. - **POR MAIORIA**, o Tribunal, preliminarmente, anulou o processo, ab initio, com fulcro no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. Os Ministros RELATOR e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o processo, ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso IV, do CPPM. (NÃO ASSISTIRAM AO RELATÓRIO OS MINISTROS EVERALDO DE OLIVEIRA REIS e CHERUBIM ROSA FILHO).

Na **APELAÇÃO 45.799-4**, julgada na 74ª Sessão, em 06 do mês em curso, onde se lê: "PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALDO FAGUNDES, VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA OCASIONAL DO PRESIDENTE"; leia-se: "PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, NA AUSÊNCIA OCASIONAL DO PRESIDENTE".

A Sessão foi encerrada às 19:00 horas.

#### Processos em mesa:

Representação 1.063-3(AF)Aud 6ª proc 3/88-8 Advª Ronilda Noblat  
Rev Crim 1.232-6(ST/JS)1ª/2ª proc 02/86 Adv Sergio Habib  
**APELAÇÃO 46.182-5(PC/ER)1ªMar** proc 04/90-1 Advª Carmem L.A. Montesinos  
**APELAÇÃO 46.075-6(GB/AF)2ªMar** proc 11/87-6 Adv Edgar L. Nogueira  
**APELAÇÃO 46.156-8(JS/EG)2ªMar** proc 517/90-7 Advªs Eliane O.L.Freire  
Embargos 45.761-9(RA/PC)1ª/3ª proc 20/88-0 Advª Nadja M.G.Rodrigues  
**APELAÇÃO 45.925-3(RA/PC)2ªMar** proc 504/89-9 Advªs Eliane O.L.Freire e outra  
**APELAÇÃO 46.040-3(PC/HE)Aud 9ª** proc 3/89-0 Adv Carlos G. Gonzalez

**APELAÇÃO 46.059-4(RA/AF)1ªEx** proc 26/88-0 Advª Clarice N. Costa  
Cor Parcial 1.387-7(ER)1ª/3ª proc 6/89-6 Advª Nadja M.G.Rodrigues

#### Aguardando decurso de prazo:

**APELAÇÃO 45.958-0(RA/ST)2ªMar** proc 514/83-5 Advª Tania S.Nascimento e outra  
**APELAÇÃO 45.991-0(RA/AF)1ªEx** proc 518/89-0 Advª Lucia M.Lobo e outra  
**APELAÇÃO 46.100-0(JC/AN)Aud 5ª** proc 02/90-5 Advªs Edgar L.Santos/outra  
**APELAÇÃO 46.108-6(LL/ST)2ªAer** proc 01/90-7 Advªs Josemar L.Santana/outras  
**APELAÇÃO 46.127-2(JC/EG)1ªEx** proc 04/90-8 Advªs Eleonora S.C.Borges/outra  
**APELAÇÃO 46.189-2(ST/HE)1ª/2ª** proc 09/90-4 Advªs Ariosvaldo G.C.Homem e outros  
**APELAÇÃO 46.165-7(ER/AN)2ªMar** proc 513/90-1 Advª Tania S.Nascimento  
**APELAÇÃO 46.024-3(RA/ST)Aud 11ª** proc 518/90-1 Advª Elizabeth D.M.Souto  
**APELAÇÃO 46.037-5(RA/PC)Aud 6ª** proc 503/90-2 Adv Sergio Habib  
**APELAÇÃO 46.062-4(ER/AN)2ªMar** proc 6/89-9 Advªs Eliane O.L.Freire/outra  
**APELAÇÃO 46.208-4(HE/ST)2ªEx** proc 504/90-9 Advª Teresa S. Moreira  
Embargos 45.812-9(JS/AN)2ª/2ª proc 510/90-0 Adv Paulo R. Godoy

#### Aguardando publicação:

**APELAÇÃO 46.117-7(HE/EG)1ªMar** proc 502/90-1 Advª Adelcy M.R.S.Corrêa  
**APELAÇÃO 46.192-4(WL/PC)Aud 9ª** proc 511/90-0 Adv Jorge A. Sluifi

SUELY MATTOS DE ALENCAR  
Secretária do Tribunal

#### ATA DA 59ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Aos doze dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa, às doze horas e cinquenta minutos, em audiência pública, realizada no Gabinete da Presidência, na presença de CARLOS ISRAEL SILVA, Diretor da Diretoria Judiciária, de ANTONIO ALVES CRISPIM, Supervisor da Seção de Processo Judiciário, de ERNESTO GUSTAVO SCHILD, Secretário-Geral da Presidência do STM, por S Exa o Alte Esq RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, foram distribuídos, por sorteio, os seguintes processos:

#### APELAÇÃO

**46.244-0-RJ** - Apelante: WILSON PEREIRA DA ROCHA, MN, condenado a 07 meses de prisão, incurso no art. 187 do CPM. **Apelada:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 20.09.90. ADV: Dra Carmem Lúcia Andrade de Montesinos. **RELATOR:** Min Ten Brig do Ar George Belham da Motta. **REVISOR:** Min Dr Eduardo Pires Gonçalves.

**46.245-7-RJ** - Apelante: MARCIO ROGÉRIO RIBEIRO DOS SANTOS, 3º Sgt FN, condenado a 01 ano e 04 meses de prisão, incurso no art. 206, §2º do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos. **Apelada:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 29.08.90. ADV: Dra Tania Sardinha Nascimento. **RELATOR:** Min Dr Eduardo Pires Gonçalves. **REVISOR:** Min Alte Esq Luiz Leal Ferreira.

**46.246-7-RJ** - Apelante: AMARILDO RAIMUNDO CAVALCANTI, Ch Mar, condenado a 04 meses e 20 dias de prisão, incurso no art. 187, c/c o art. 189, segunda parte, ambos do CPM. **Apelada:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 25.09.90. ADV: Dra Tania Sardinha Nascimento. **RELATOR:** Min Alte Esq Roberto Andersen Cavalcanti. **REVISOR:** Min Dr Antonio Carlos de Seixas Telles.

**46.247-5-RJ** - Apelante: MARCILIO DA SILVA GOMES, Ch Mar, condenado a 04 meses de prisão, incurso no art. 240, c/c o art. 30, inciso II, ambos do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos. **Apelada:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 19.09.90. ADV: Dra Tania Sardinha Nascimento. **RELATOR:** Min Dr Paulo Cesar Cataldo. **REVISOR:** Min Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis.

**46.248-3-RJ** - Apelante: MARCELO DE MELO GONÇALVES, Sd Ex, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187, c/c o art. 72, incisos I e II, ambos do CPM. **Apelada:** A Sentença do Conselho de Justiça do 11º Grupo de Artilharia de Campanha, Grupo Montese, de 05.09.90. ADV: Dra Mariza Pereira do Couto. **RELATOR:** Min Gen Ex Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. **REVISOR:** Min Dr Antonio Carlos de Nogueira.

**46.249-0-SP** - Apelante: EDNALDO CUSTÓDIO FRANCO, Sd Ex, condenado a 08 meses de prisão, incurso por duas vezes no art. 240, § 2º, c/c os arts. 80 e 79, tudo do CPM. **Apelada:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria da 2ª CJM, de 12.09.90. ADV: Dr Reinaldo Silva Coelho. **RELATOR:** Min Gen Ex Haroldo Erichsen da Fonseca. **REVISOR:** Min Dr Paulo Cesar Cataldo.

#### REDISTRIBUIÇÃO

A seguir, foi redistribuído, por prevenção, a novo RELATOR, de acordo com o artigo 50 do Regimento Interno do STM, o seguinte processo:

#### CORREIÇÃO PARCIAL

**1.384-1-RJ** - BERNARDO AMARAL GOULART e JOÃO AMARAL GOULART, civis, requerem correção nos autos do processo nº 07/89-5, para que seja admitida a ação penal supletiva, alegando a errada capitulação dos crimes promovidos pelo Ministério Público. ADV: Dr Marcelo Cerqueira. **RELATOR:** Min Ten Brig do Ar Jorge José de Carvalho, por prevenção.

Às treze horas e dez minutos foi encerrada a distribuição.

SUELY MATTOS DE ALENCAR  
Secretária do Tribunal

#### Pauta de Julgamentos

##### PAUTA Nº 150 - PROCESSO POSTO EM MESA

- **RECURSO CRIMINAL nº 5.959-3** - Relator Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles. Advª Drª Ana Maria David Cortez.

##### SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS - Convocação

O Tribunal realizará Sessões Extraordinárias nos dias 19 e 21 do mês em curso, segunda e quarta-feiras, respectivamente, com início às 13:30 horas.



# Ministério Público da União

## Ministério Público do Trabalho

### Procuradoria Regional do Trabalho

#### 2ª Região

Relação processual - relação dos processos remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com pareceres  
Guia de remessa nº 170/90

#### RECURSO ORDINÁRIO

Proc.- 02900006028 Parecer 605/90  
1.Recorrente Regina Ferreira da Silva  
Advogado Imalaiano Figueiredo Paulo Correa  
2.Recorrente Tele Marketing S/C Ltda  
Advogado Valtter Alves de Souza  
Proc.- 02900006079 Parecer 607/90  
Recorrente Gradelar Industria e Comercio S/A  
Advogado Jose Cordeiro Cilento  
Recorrido Sind TBS Ind Met Mec Mat El Sao Paulo  
Advogado Paulo Roberto Antonio Franco  
Proc.- 02900006630 Parecer 376/90  
1.Recorrente Commerce Desenvolvimento Mercantil S/A  
Advogado Jose Granadeiro Guimaraes  
2.Recorrente Newton dos Santos Junior  
Advogado Maria Joaquin Siqueira  
Proc.- 02900038361 Parecer 190/90  
Recorrente JGJ e Hosp Clinicas Fac Medicina da USP  
Advogado Joao Carlos Pennesi  
Recorrido Bernadete Ferreira dos Santos-outros 18  
Advogado Manoel Joaquin Beretta Lopes  
Proc.- 02900038370 Parecer 188/90  
Recorrente Cia Auxiliar de Viacao e Obras  
Advogado Adenilze Bechara de Rosa  
Recorrido Jose Marques de Souza  
Advogado Geraldo Moreira Lopes  
Proc.- 02900038396 Parecer 172/90  
Recorrente Gerson Pereira de Mendonça  
Advogado Carlos Alberto Cardoso  
Recorrido Sansuy S/A Industria de Plasticos  
Advogado Drausio Aparecido Vilas Boas Rangel  
Proc.- 02900038450 Parecer 187/90  
1.Recorrente Paes Mendonça S/A  
Advogado Cledson Cruz  
2.Recorrente Emanuel Mario de Moraes  
Advogado Paulo Aparecido da Silva Guedes  
Proc.- 02900038469 Parecer 180/90  
Recorrente Flavio Ciberi  
Advogado Walter de Moraes Fontes  
Recorrido Sid Informatica S/A  
Advogado Tomaz Carlos Alberto Di Mase  
Proc.- 02900038477 Parecer 181/90  
Recorrente Geosonda S/A Serv Geotecnico Snd Fund  
Advogado Edmar de Arruda Milani  
Recorrido Jose Gomes da Silva  
Advogado Randal Joaquim Gonçalves  
Proc.- 02900038612 Parecer 745/90  
1.Recorrente Vanderley Andrade Ongaro  
Advogado Erineu Edison Maranesi  
2.Recorrente Brastemp S/A  
Advogado Olavo Leonel de Barros  
Proc.- 02900038620 Parecer 746/90  
Recorrente Maria Rodrigues de Matos  
Advogado Luis Antonio de Medeiros  
Recorrido Wheaton do Brasil S/A Ind Com  
Advogado Abdon Lombardi  
Proc.- 02900038639 Parecer 747/90  
1º Recorrente Equipamentos Villares S/A  
advogado Ricardo Gelly de Castro e Silva  
2º Recorrente Carlos Bernardo Burguer  
Advogado Luis Piccinin  
Proc.- 02900038647 Parecer 748/90  
Recorrente Columbia Registros Marcas Patente SC Ltda  
Advogado Nelson Alves de Olival  
Recorrido Elaine Ribeiro do Prado  
Advogado Helio Magalhães Bittencourt  
Proc.- 02900038655 Parecer 749/90  
Recorrente Zenildo Ribeiro  
Advogado Fabio Cortona RANieri  
Recorrido Eletropaulo Eletricidade de SP S/A

Advogado Yasmin Gonçalves de Andrade  
Proc.- 02900038663 Parecer 750/90  
Recorrente Schaim Cury Engenharia e ComLtda  
Advogado Camal Schahim  
Recorrido Geraldo Niles da Silva  
Advogado Leoclecia Barbara Maximiano  
Proc.- 02900038671 Parecer 751/90  
Recorrente JCJ e Depto de Aguas e Energia Eletrica  
Advogado Oswaldo Luiz Oliveira Borrelli  
Recorrido Diogenes Raphaelli Junior  
Advogado Maria do Carmo Leite de Moraes Prado  
Proc.- 02900038680 Parecer 752/90  
Recorrente Colonial Cabeleireiros S/C LTda  
Advogado Rubens Nunes de Araujo  
Recorrido Ana Lucia Barbosa do Nascimento  
Advogado Claudio Mercadante  
Proc.- 02900038698 Parecer 753/90  
Recorrente Oswaldo Chiarion  
Advogado Agenor Barreto Parente  
Recorrido Cia Municipal de Transportes Coletivos  
Advogado Jaime Moreno Molina  
Proc.- 02900038701 Parecer 754/90  
Recorrente Codep Conserv Dedet Predios JARDINS LTda  
Advogado Aldenir Nilda Pucca  
Recorrido Maria Jose dos Santos  
Advogado Claudio Mercadante  
Proc.- 02900038710 Parecer 755/90  
Recorrente Jose Almeida da Silva  
Advogado Kisaburo Furukawa  
Recorrido Cosntrutora Presidente S/A  
Advogado Abilio da Silva  
Proc.- 02900038760 Parecer 756/90  
Recorrente Marcelo Santiago Bonfim  
Advogado João Jose Sady  
Recorrido Banco Nacional S/A  
Advogado Armindo da Conceição Teixeira Ribeiro  
Proc.- 02900038779 Parecer 757/90  
Recorrente Banco Auxiliar S/A  
Advogado Ligia Maria Mazzucatto  
Recorrido Sueli Kazue Nishi  
Advogado Julio Milian Sanches  
Proc.- 02900038787 Parecer 758/90  
Recorrente Club Mediterraneo Brasil Turismo Ltda  
Advogado Rosa Maria de Souza Gimenez  
Recorrido Suzete Maria Luciano Pizaroli  
Advogado Aurelia Fanti  
Proc.- 02900038825 Parecer 393/90  
1º Recorrente Banco Bamerindus do Brasil S/A  
Advogado Emilio Carlos Garcia Gonçalves  
2º Recorrente Rosana Tartari Arakaki  
Advogado Roberto Martins Costa  
Proc.- 02900038833 Parecer 394/90  
Recorrente Sirlley Maria Silva  
Advogado Adilson Jose Joaquim Pereira  
Recorrido Volkar S/A Com e Importação  
Advogado Francisco Amaury Laselva  
Proc.- 02900038841 Parecer 395/90  
Recorrente MANsev Montagem e Manutenção Ltda  
Advogado Moacir Passador Junior  
Recorrido Heitor Paulo Neponceno  
Advogado Miriam Aparecida Serpentina  
Proc.- 02900038850 Parecer 396/90  
Recorrente Expedito Batista do Carmo  
Recorrido Transbracal Prestação Servs Ind Com Ltda  
Advogado Roberto Zambrini Neto  
Proc.- 02900038868 Parecer 397/90  
Recorrente Candida de Mattos  
Advogado Eliane Gutierrez  
Recorrido Fundação Legião Brasileira Assitencia  
Advogado Antonio Carlos Pereira Faria  
Proc.- 02900038884 Parecer 399/90  
Recorrente Lumicart Ind e ComLtda  
Advogado Ari Possidonio Beltran  
Recorrido Maria da Gloria Silva  
Advogado Oswaldo de Oliveira Campos Filho  
Proc.- 02900038892 Parecer 400/90  
Recorrente ORtopedia Paraíso S/C Ltda  
Advogado Eli Alves da Silva  
Recorrido Maria do Carmo Alcantara Lima  
Advogado Alice Gonzales Garcia Cubello Cardoso  
Proc.- 02900038906 Parecer 401/90  
Recorrente Mateus Magarotto  
Advogado Odair Filomeno  
Recorrido João Jose Campanha  
Advogado Elza Mota da Silva  
Recorrente Iaroslau Posleoni  
Advogado Adilson Paulo Dias  
Proc.- 02900038922 Parecer 402/90  
Recorrente Sindiato Empreg Estab Bancarios SP  
Advogado Sonia Luiza Fonseca  
Recorrido Banco Industrial e Comercial S/A  
Advogado Moazir Antonio Miguel  
Proc.- 02900038930 Parecer 403/90  
1º Recorrente Concremix S/A  
Advogado Marcelo Favalli  
2º Recorrente Rubens Alexandrino da Silva  
Advogado Benedito Marques Ballouk Filho  
Proc.- 02900038949 Parecer 404/90  
Recorrente Inter Sapatos e Bolsas Ltda  
advogado Benjamin Goldenberg  
Recorrido Magno Vieira Vasconcelos  
Advogado Maria Joaquina Siqueira  
Proc.- 02900038957 Parecer 405/90  
Recorrente GMT Participações e Turismo Ltda